

COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: APROXIMAÇÕES E RUPTURAS

Wilson da Costa Bueno¹

Resumo

O discurso da sustentabilidade contamina o universo da política e dos negócios, legitimando posturas e ações com o objetivo de gerar imagem positiva para organizações e governos. Este texto contempla o conceito de sustentabilidade, rediscute a racionalidade e o saber ambiental, para propor ações que efetivamente operacionalizem uma comunicação da sustentabilidade fundada no pluralismo e no respeito às identidades e competências.

Palavras-chave

Sustentabilidade – Saber ambiental – Comunicação

Abstract

The discourse of sustainability contaminates the world of politics and business, legitimizing attitudes and actions with the objective of generating positive image for organizations and governments. This paper considers the concept of sustainability, rescues the true environmental knowledge, to propose actions that effectively operationalize communication of sustainability based on pluralism and respect for identities and skills.

Keywords

Sustainability – Environmental Knowledge - Communication

Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável explicitado em 1987 pelo Relatório Brundtland, sob a responsabilidade da Comissão Mundial do Meio Ambiente, instituída pela Assembléia Geral das Nações Unidas, está completando 25 anos. Ao longo deste tempo, ele tem sido apropriado por governos, empresas e entidades, que o contemplam a partir de interesses empresariais ou políticos, muitas vezes com o objetivo de legitimar ações e posturas nem sempre adequadas ou éticas.

Na verdade, como o Relatório à época de sua publicação associou ao conceito uma noção bastante ampla - *“desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”* – abriu brechas para interpretações diversas, que, sobretudo, se respaldam nos significados dos termos principais da expressão: desenvolvimento e sustentável.

Uma visão reducionista, comprometida com uma perspectiva meramente econômica, difundiu uma aceção equivocada do conceito de desenvolvimento, que acabou sendo confundido com o de crescimento econômico, ainda que não fosse, em princípio, a intenção daqueles que a cunharam.

Essa visão estreita tem merecido a crítica severa de especialistas, em especial daqueles que insistem em pensar o desenvolvimento de maneira mais abrangente, como José Eli da Veiga (2007), Boaventura Santos e outros (2005), Celso Furtado (1996) e outros, incomodados com a sua redução a indicadores econômicos, como o PIB – Produto Interno Bruto que, além de não resgatarem a integridade do conceito, o desvirtuam.

José Eli da Veiga recusa aceitar a utilização do PIB para caracterizar o desenvolvimento de um país, advertindo para o fato de que ele pode afrontar os fundamentos éticos da chamada contabilidade social. Segundo ele, há investimentos e posturas que colidem com a noção básica de desenvolvimento porque contribuem para degradar o ambiente ou a qualidade de vida dos cidadãos:

Exemplos gritantes são os bens militares duráveis e, sobretudo, os armamentos de destruição, que são tratados como investimentos

produtivos ou como consumo corrente. Os técnicos de contas nacionais se defendem com um argumento supostamente neutro: o de que o fornecimento dessas armas deve ser entendido como prestação de serviço para a defesa nacional. Todavia, é óbvio que o caráter destrutivo de operações militares não pode ser visto como um processo de produção, critério norteador das convenções da contabilidade social.

Quando um processo produtivo se baseia essencialmente na exaustão de recursos naturais, cujo caso já clássico foi o da destruição das florestas na Indonésia, o PIB registra aumentos excepcionais, pois seus fundamentos metodológicos não prevêm qualquer dedução que reflita a depreciação do capital natural. Quando um derramamento de petróleo compromete ecossistemas litorâneos, o PIB aumenta graças às despesas de reparação que geram transações monetizadas, mas não se altera por serviços de limpeza baseados em trabalho voluntário. (2007, p.36-7)

Este autor postula a utilização do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que leva em conta pelo menos 3 parâmetros melhor identificados com a noção de desenvolvimento: acesso à educação, expectativa de vida e nível de renda. Na prática, o IDH tem sido internacionalmente adotado para promover comparações sobre o estágio de desenvolvimento entre países, ainda que governos proclamem, sobretudo em momentos de euforia, a legitimidade do PIB, buscando mascarar suas mazelas sociais. O PIB, por seu vínculo com a produção de bens e serviços, ignora impactos em outros ativos que deveriam merecer igual consideração.

Ao se interessar apenas por fluxos, o PIB fecha os olhos para a depreciação de cruciais estoques, como os de recursos naturais. Enquanto um país estiver devastando sem piedade suas florestas nativas, o PIB dará um show de crescimento. Enquanto uma economia estiver bem livre de sistemas de proteção ambiental (com leis, fiscais, procuradores e policiais), o PIB poderá aumentar muito mais do que em outra na qual inexistam essas travas ao espírito selvagem dos empreendedores.

O PIB também não considera a acumulação do que tem sido classificado como bens intangíveis: culturas, instituições, confiança entre os agentes ou mesmo direitos humanos. Enquanto uma economia estiver tirando bom proveito mercantil de formas de trabalho escravo e infantil ou de trabalhadores sem quaisquer direitos ou proteção social, seu PIB poderá aumentar mais rapidamente do que noutra em que direitos civis e alguma legislação trabalhista sejam garantidos por meio de fiscalização ou do funcionamento do sistema judiciário. (VEIGA, 2007, p.41)

A mesma dificuldade pode ser identificada com o segundo termo da expressão que remete ao conceito de sustentabilidade, também contaminado na literatura e nas práticas das empresas pela ação de interesses e compromissos de toda ordem.

Em muitos casos, costuma-se reduzir o conceito de sustentabilidade à vertente ambiental ou econômica, relegando a perspectiva social a um segundo plano. Recorrentemente, empresas e governos que se proclamam sustentáveis afrontam os direitos humanos, assumem posturas autoritárias ou inclusive se postam frontalmente contra o conceito implícito no Relatório Brundtland a que nos referimos. Este é o caso das mineradoras que avançam gananciosamente sobre os recursos naturais e das agroquímicas que, de maneira dramática, impactam o ar, o solo e a água e, por extensão, a qualidade de vida e a saúde humana.

Pode-se destacar ainda a atitude de poderosas instituições financeiras que praticam um discurso verde ao mesmo tempo em que, agressiva e irresponsavelmente, promovem a especulação e a circulação acelerada do capital, desencadeando crises globais e assediam moralmente os seus funcionários, buscando cumprir metas, gerar resultados difíceis de serem atingidos.

O desenvolvimento sustentável é, portanto, quase sempre, assumido de maneira superficial, não necessariamente incorporado ao processo de gestão das organizações públicas e privadas. Elas não evidenciam disposição para promovê-lo porque isso significaria rever o paradigma que rege os seus negócios e porque não estão, apesar do discurso, comprometidas com o interesse público.

A expressão desenvolvimento sustentável soa, portanto, vazia e tem se desgastado ao longo do tempo, num processo contínuo de esvaziamento conceitual.

José Eli da Veiga pode ser de novo invocado para caracterizar esta situação:

Para que a expressão “desenvolvimento sustentável” deixe de ser mero conto de fadas, será necessário que as sociedades contemporâneas assumam uma agenda ambiental com doze graves desafios. Quatro decorrem de destruições ou perdas de recursos naturais: habitat, fontes protéicas, biodiversidade e solos. Três batem em limites naturais: energia, água doce e capacidade fotossintética. Outros três resultam de artifícios nocivos: químicos tóxicos, espécies

exóticas e gases de efeito estufa ou danosos à camada de ozônio. E os dois últimos concernem às próprias populações humanas: seu crescimento e suas aspirações de consumo. (2007, p. 68-9)

A comunicação da (e para a) sustentabilidade deve estar respaldada em conceitos adequados para que possa efetivamente contribuir para o debate da questão ambiental. Particularmente, precisa incorporar uma perspectiva política, buscando mobilizar, conscientizar além de informar sobre conceitos e processos porque, fundamentalmente, este é o papel que pode desempenhar para alterar o cenário desfavorável que tipifica a relação atual da sociedade, e do mercado com o meio ambiente.

O autêntico saber ambiental

Enrique Leff (2006b) chama a atenção para o fato de que a construção da racionalidade ambiental não se encerra numa perspectiva lógica, e que, se mal trabalhada, pode conduzir à adoção de algumas medidas meramente cosméticas porque há, entre a racionalidade ambiental e a capitalista atual, rupturas profundas que não podem ser facilmente superadas.

As contradições entre a racionalidade ambiental e a racionalidade capitalista é uma confrontação de interesses opostos arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais. Por isso, as ações e políticas ambientais não podem circunscrever-se nos princípios de uma racionalidade tecnológica, pois, embora a evolução biológica seja um processo finalizado (teleonomia), faltam-lhe seus órgãos de legitimação. A “lógica” da unidade econômica camponesa e o “estilo” único de uma cultura remetem a racionalidades sociais constituídas como sistemas complexos de ideologias-comportamentos-ações-práticas, que são irredutíveis a uma lógica comum e unificadora. (LEFF, 2006b, p. 125)

A racionalidade capitalista instrumentaliza a racionalidade científica e tecnológica para atender a interesses de governos e corporações, buscando, sobretudo, maximizar o retorno dos investimentos. Nesta lógica perversa, que privilegia a obtenção de resultados, pouco importa que a busca pela eficácia de ações e processos impacte o meio ambiente e a qualidade de vida.

Não é por outro motivo que as decisões sobre investimentos em pesquisa & desenvolvimento têm permanecido reféns de lobbies empresariais, que defendem e estimulam a parceria de organizações privadas monopolistas com empresas públicas de

pesquisa, institutos e mesmo universidades, como acontece no Brasil e em todo mundo, especialmente em setores estratégicos, como o de medicamentos e biotecnologia. A intenção subjacente a esta estratégia é arregimentar competência técnico-científica alocada em centros geradores de ciência, tecnologia e inovação, especialmente nos países emergentes e do Terceiro Mundo, colocando-a a serviço de interesses privados.

Neste sentido, é necessário postular uma racionalidade ambiental que não esteja presa a esta lógica porque ela define um círculo vicioso que, obrigatoriamente, mantém a problemática ambiental sufocada pela racionalidade técnica:

É preciso ter presente que a “sociedade capitalista gerou um crescente processo de racionalização formal e instrumental que moldou todos os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos, os padrões tecnológicos, os diversos órgãos do corpo social e os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado.” (LEFF, 2006b, p.124-5).

Ou ainda de maneira mais precisa:

“A racionalidade capitalista tem estado associado a uma racionalidade científica que incrementa a capacidade do controle social sobre a realidade, e a uma racionalidade tecnológica que assegura uma eficácia crescente entre meios e fins. A problemática ambiental questiona a legitimidade da racionalidade social construída sobre as bases de uma racionalidade científica entendida como o instrumento mais elevado da racionalidade, capaz de resolver, a partir de seu crescente poder de predizer, as “irracionalidades” ou externalidades do sistema.” (LEFF, 2006b, p. 128)

O saber ambiental autêntico, que deve emergir da análise desta realidade antagônica, precisa estar centrado em um novo modelo civilizatório que reivindica uma nova postura, uma nova concepção de democracia e sinaliza para a reorganização dos protagonistas.

A reelaboração do saber ambiental que atenda a esta nova ordem precisa, inclusive, redefinir alguns conceitos tidos como nevrálgicos na problemática ambiental, como o de interdisciplinaridade e de qualidade de vida, ambos também trabalhados de maneira exemplar por Enrique Leff (2010, 2009, 2007, 2006a, 2006b 2003) em sua prolífica produção, particularmente na obra *Epistemologia Ambiental* (2006b). Particularmente,

ela exige o recurso à teoria da complexidade para dar conta dessa nova proposta epistemológica.

Esse autor descarta a visão ingênua de interdisciplinaridade que apenas postula a sobreposição de conhecimentos e competências de diversas especialidades e disciplinas sem o questionamento de suas essências. Na prática, essa junção ou conjunção de conhecimentos não anula ou neutraliza a lógica reducionista em que elas se fundam e que, como apontado, apenas direciona os esforços teóricos e práticos para aumentar a eficácia entre meios e fins.

A interdisciplinaridade ambiental não se refere à articulação das ciências existentes, à colaboração de especialistas portadores de diferentes disciplinas e à integração de recortes selecionados da realidade, para o estudo dos sistemas socioambientais. Trata-se de um processo de reconstrução social por meio de uma transformação ambiental do conhecimento.

A pobreza, o desmatamento e a erosão, bem como os índices de poluição do ar são observáveis da realidade. Porém, a perspectiva a partir da qual se explicam as causas desses processos e se oferecem ações alternativas depende de estratégias conceituais que levam a reformular ideologias, valores, saberes, conhecimentos e paradigmas científicos que geram os dados observáveis da realidade. Por isso, o saber ambiental não poderia surgir da conjunção dos conhecimentos que externalizaram e negaram o meio ambiente. O discurso ambiental questiona os paradigmas estabelecidos das ciências para internalizar um saber orientado pela construção de uma nova racionalidade social. (LEFF, 2006b, p. 168)

O autêntico saber ambiental requer a superação das disciplinas já estabelecidas e está apoiado em uma proposta problematizadora. Com isso, exige uma mudança no processo de objetivação da realidade que inclui transformações nas instâncias de poder que mediatizam as relações entre o mercado, a sociedade e os cidadãos em particular. Ele reorganiza conceitos, estabelece o que se considera como “o diálogo de saberes” (LEFF, 2006) ou “a ecologia de saberes”, como preferem Boaventura Santos e outros (2005).

O diálogo de saberes reformula radicalmente a tradicional e ingênua proposta de interdisciplinaridade porque questiona os fundamentos das ciências já construídas e postula uma nova interdisciplinaridade ambiental, marcada pelo “encontro entre o conhecimento codificado das ciências e os saberes organizados pela cultura” (LEFF, 2006b, p 183), redefinindo uma nova dimensão para a epistemologia ambiental: “é a passagem de uma interdisciplinaridade marcada pelo propósito da retotalização sistêmica do conhecimento para um saber marcado pela diversidade de saberes e pela diferenciação dos sentidos do ser.” (LEFFb, 2006, p.184).

No mesmo tom, Boaventura Santos, Maria Paula G. de Meneses e João Arriscado Nunes falam em diversidade epistemológica defendendo a tese de que todas as práticas sociais envolvem conhecimento e que, portanto, não se justifica o espírito colonialista da ciência, que se legitima, muitas vezes, com o uso da autoridade. Eles postulam o pluralismo epistemológico, explicando que “não se trata tanto de contrapor a ciência a outros conhecimentos, mas de criar diálogos, tanto no seio da ciência – entre diferentes concepções e práticas que a epistemologia dominante não permite identificar – como entre ciência e outros conhecimentos” (2005, p.99) e sugerem a implementação de uma ecologia dos saberes.

A ecologia de saberes é a posição epistemológica a partir da qual é possível começar a pensar a descolonização da ciência e, portanto, a criação de um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outros saberes. Consiste em garantir a “igualdade de oportunidades” aos diferentes conhecimentos em disputas epistemológicas cada vez mais amplas com o objetivo de maximizar o contributo de cada um deles na construção de uma sociedade mais democrática e justa e também mais equilibrada na sua relação com a natureza. Não se trata de atribuir igual validade a todos os conhecimentos, mas antes de permitir uma discussão pragmática entre critérios alternativos de validade que não desqualifique à partida tudo o que não cabe no cânone epistemológico da ciência moderna.” (SANTOS e outros, p.100).

A transição da monocultura do saber científico para a ecologia de saberes será difícil porque, tal como aconteceu no processo de consolidação do paradigma da ciência moderna, envolve não só questões epistemológicas, como também questões econômicas, sociais e políticas. (SANTOS e outros, p.101).

Tanto na proposta de Leff, como na de Boaventura Santos e outros, este diálogo (ou essa ecologia) de saberes pressupõe o compromisso com uma nova utopia, uma nova postura que mobiliza os movimentos sociais para forjar uma atitude e uma ação emancipatórias que buscam definir uma nova racionalidade socioambiental. Ele assume que a qualidade de vida permanece sendo elemento central nessa racionalidade em que se funda o novo e autêntico discurso ambiental, mas busca entendê-la a partir de outros parâmetros e categorias. Assim, não a reduz a esforços ou mesmo a políticas implementadas apenas para atender a indicadores meramente quantitativos (renda per capita, acesso à educação superior, maior poder de compra etc), mas a considera associada à qualidade do ensino, ao consumo consciente e sustentável e à humanização das relações de trabalho.

A qualidade de vida passa a ser pensada de maneira mais ampla e, desta forma, reposiciona o conceito restrito de sustentabilidade, agora não reduzida a atributos essencialmente quantitativos ou genéricos do ponto de vista econômico ou ambiental, mas qualitativos e que dizem respeito à existência do ser humano. A sustentabilidade que emerge desse novo saber ambiental tem a ver com a vida em paz (a não violência física, moral ou psicológica), a qualidade de consumo (comer de maneira saudável e não apenas comer em quantidade), as condições de trabalho (que possam permitir o desenvolvimento pessoal e profissional etc).

Esta nova racionalidade ambiental, que aposta no diálogo de saberes, vai pressupor uma comunicação para a sustentabilidade que se afina com novas estratégias conceituais e que, primordialmente, desencadeia processos de resistência à homogeneização de padrões de consumo não consciente e ao desperdício progressivo e sistemático dos recursos naturais.

Uma comunicação emancipatória

A comunicação, vista sob uma perspectiva ampla, tem um papel importante a desempenhar no processo de conscientização e de mobilização para a sustentabilidade, ou seja, ela precisa ser assumida como emancipatória ou libertária. Seu caráter revolucionário se manifesta na ruptura com modelos clássicos de desenvolvimento e na busca obsessiva pela articulação de conhecimentos, culturas e competências,

reconhecidos como expressões autênticas e legítimas de grupos, indivíduos ou comunidades.

A autêntica comunicação para a sustentabilidade se insere numa concepção de saber ambiental que promove o “o encontro de tradições e formas de conhecimento legitimadas por diferentes matrizes de racionalidade, por saberes arraigados em identidades próprias que não só entram em jogo num processo de tomada de decisões, mas que “se hibridam” na co-determinação de processos materiais” (LEFF, 2006b, p. 179). Ela descarta a lógica reducionista que, plasmada em ciências e disciplinas tradicionais e em processos que legitimam relações de poder espúrias, estabelece privilégios para pessoas, grupos ou empresas que se apropriaram, por diversos motivos, do conhecimento técnico e das formas de controle para subjugar culturas e seres humanos.

Ela repudia a tentativa de impor padrões culturais e formas de intervenção política ou econômica, justificadas pela competência técnico-científica, como a que caracteriza a imposição do saber ocidental nas relações entre governos e corporações com países pobres ou emergentes e suas populações tradicionais.

Vandana Shiva (2005), intelectual indiana com grande contribuição à problemática ambiental, tem denunciado recorrentemente a tentativa de se sobrepor o saber ocidental aos saberes locais como estratégia de dominação.

Segundo ela, a biodiversidade, que é a base ecológica da vida, e também o capital natural de maioria da humanidade que dela depende – agricultura, pesca, cuidados da saúde e produção de utensílios – tem sido apropriada como matéria prima por corporações.. Ela cita o processo vigente de patenteamento da vida, colocando-o como instrumento do que chama de um novo colonialismo, e arrola dados e exemplos para evidenciar a apropriação pelas corporações internacionais de sistemas de conhecimentos tradicionais apoiados na biodiversidade, como no caso das plantas medicinais.

O saber ocidental moderno é um sistema cultural particular com uma relação particular com o poder. No entanto, tem sido apresentado como algo que está acima da cultura e da política. Sua relação com o projeto de desenvolvimento econômico é invisível e, por isso, tornou-

se parte de um processo de legitimação mais efetivo para a homogeneização do mundo e da erosão de sua riqueza ecológica e cultural. (SHIVA, 2005, p.81)

Vandana Shiva está preocupada, sobretudo, com o que designa de monoculturas da mente, ou seja, a imposição de uma postura que contribui para degradar conceitos tradicionais como o de semente, legitimando a transgenia, o que implica descartar o seu caráter básico de auto-reprodução. Particularmente, ela contempla a agricultura como uma arena de confronto entre os sistemas tradicionais de cultivo e o modelo que transfere o poder de criação para os centros de pesquisa das grandes corporações.

Como as tecnologias da Revolução Verde, a biotecnologia na agricultura pode tornar-se um instrumento para tirar a semente do agricultor enquanto meio de produção. A mudança da produção de sementes da propriedade rural para o laboratório das grandes empresas transfere o poder e o valor do Sul para o Norte, e dos agricultores para as grandes empresas.... Pode tornar-se também um instrumento de expropriação ao remover seletivamente aquelas plantas ou partes das plantas que não servem ao interesse comercial, mas que são essenciais para a sobrevivência da natureza e do povo. (SHIVA, 2005, p.173)

A comunicação da sustentabilidade deve-se fundar na valoração da diversidade e não na apologia das monoculturas, um processo que não se limita ao campo da produção agrícola, mas que acaba se estendendo ao mundo das idéias, com a tentativa deliberada de governos, empresas e mesmo de mentes tiranas de fazer prevalecer a posição única, hegemônica e de desconsiderar o pluralismo de idéias, a diversidade cultural.

Da mesma forma que Vandana Shiva admite que “a biodiversidade não poderá ser conservada enquanto a diversidade não se transformar na lógica da produção” (2005, p.175), é razoável reconhecer que as culturas locais, os hábitos de consumo e as manifestações das comunidades, têm sido sistematicamente subjugados por uma proposta uniformizadora que está implícita no processo acelerado de globalização.

A comunicação da (e para a) sustentabilidade pode cumprir três funções básicas, todas elas articuladas e complementares.

Em primeiro lugar, ela deve promover a consolidação do conceito de sustentabilidade, buscando eliminar equívocos como os que a associam a ações meramente pontuais ou que a reduzem à simples dimensão ambiental.

A sustentabilidade deve ser percebida de maneira abrangente e incorporar aspectos ambientais, sócio-culturais, políticos e econômicos, porque, em princípio, ela deve permear todas as ações humanas, com o objetivo precípuo de preservar condições ideais para que todos os cidadãos desfrutem de qualidade de vida. A sustentabilidade é a teia que tece a relação das pessoas entre si e com o planeta em que vivemos.

Em segundo lugar, a comunicação da (e para a) sustentabilidade, comprometida com os valores da equidade, da justiça social e da liberdade deve favorecer a conscientização dos habitantes da Terra para os riscos inerentes ao consumo não consciente, ao desperdício das riquezas naturais e à desigualdade social. Neste sentido, deve atentar para os direitos das minorias, o respeito à diversidade e o reconhecimento da importância das culturas e das comunidades tradicionais. A sustentabilidade deve ser pensada como eixo norteador das condutas individuais e organizacionais e estar respaldada por uma ética planetária que privilegia o interesse coletivo em lugar de olhares contaminados pela ganância econômico-financeira ou pelo compromisso com interesses políticos mesquinhos.

Finalmente, a comunicação sustentável, que deve ser exercida com coragem e determinação, não teme denunciar os desvios e abusos cometidos por indivíduos e organizações e está empenhada em resgatar os princípios da transparência, da convivência harmônica, da solidariedade humana. Ela se funda, portanto, numa perspectiva que contempla a sustentabilidade em sua integridade, não fragmentada pela busca de resultados imediatos, com o objetivo único de reduzir custos ou de plasmar uma imagem positiva.

A comunicação para a sustentabilidade implica, necessariamente, no compromisso dos diversos protagonistas (jornalistas, educadores, comunicadores empresariais, organizações do Terceiro Setor etc) com um mundo mais justo, que não tolera a manutenção das desigualdades e repudia a hipocrisia.

Ela deve estar comprometida com as aspirações da sociedade moderna que anseia por liberdade, justiça, solidariedade humana e que gradativamente toma consciência de que o modelo econômico, político e cultural vigente não será capaz de provocar mudanças que revertam o processo inexorável de degradação ambiental. Ao mesmo tempo, deve incorporar novos atores no processo de tomada de decisões, abrindo espaço para um debate mais amplo e que não esteja viciado pela presença ostensiva e autoritária daqueles que historicamente têm se beneficiado deste modelo e que insistem em manter o status quo.

Esta demanda de democracia e participação da sociedade obriga a rever os paradigmas econômicos, mas também as análises clássicas do Estado e as próprias concepções da democracia no sentido das demandas emergentes de sustentabilidade, solidariedade, participação e autogestão dos processos produtivos e políticos.

Desta forma, surgiram novos atores e movimentos sociais que povoaram a cena política. Esses “movimentos de base”, organizados tipicamente como redes de interação de agrupamentos autônomos, segmentados, policéfalos, em estruturas não-hierárquicas, descentralizadas e participativas... aparecem como portadores de uma cultura política democrática ... trazendo novos valores, perspectivas , métodos e aproximações à arena política... (LEFF, 2006b, p.150)

Os comunicadores profissionais precisam estar engajados nessa proposta e capacitados para liderar um processo que rompa com esta estrutura quase monolítica de circulação de informações, sob a responsabilidade de governos hegemônicos e de empresas privadas, que subsidiam ou financiam projetos de comunicação que restringem o debate e a troca de experiências.

Leff (2006b), muito apropriadamente, reconhece que o modelo de comunicação que se associa ao discurso moderno da sustentabilidade incorre em um erro básico ao propor um conhecimento comum que, na prática, atenta contra a diversidade porque busca um consenso totalizante, homogeneizador.

A globalização econômica e o discurso dominante da sustentabilidade, em sua esquizofrenia discursiva e sua cegueira institucionalizada, desvalorizam estes esforços

por construir um saber que integra conhecimentos e valores. O conhecimento, como uma forma de relação com o mundo, foi cooptado pelo interesse prático; o saber se reduz ao propósito de resolver os problemas ambientais por meio de instrumentos tecnológicos e econômicos. Nesse sentido, avançam os projetos de comunicação e informação ambiental, buscando estabelecer um diálogo consensual e uma linguagem comum. Ali se dissolve a especificidade dos saberes e conhecimento num fluxo indiferenciado de dados, numa consciência comum, em que não cabem os diversos interesses sociais pela apropriação da natureza, nem tampouco o sentido teórico e estratégico dos conceitos. O propósito de gerar consensos sociais por meio de um projeto de comunicação aniquila a utopia e o conhecimento. (p. 187)

A comunicação da (e para) a sustentabilidade exige que os jornalistas, e a mídia de maneira geral, abram as suas pautas para focar a sustentabilidade sem adjetivos, não confundindo com o marketing verde, esforço recorrente de organizações e Governos para ludibriar os “stakeholders” e a opinião pública, com um discurso falso, descolado da realidade concreta.

Neste sentido, é fundamental que estejam suficientemente esclarecidos sobre o conceito autêntico de sustentabilidade, que estejam comprometidos com a qualidade da informação e que percebam os vínculos de determinadas fontes com interesses políticos, comerciais ou mesmo pessoais. A mídia sustentável não falseia os dados, não promove, por quaisquer motivos, o linchamento moral de empresas e indivíduos, investiga as causas e conseqüências de atos e decisões e analisa, criticamente, o impacto deles junto à sociedade. Ela não abre mão, sob nenhuma hipótese, da sua capacidade de mobilização e de influência junto à opinião pública, em prol do meio ambiente, dos direitos humanos e da liberdade de expressão, ainda que, para cumprir este objetivo, tenha que contrariar interesses poderosos. A mídia sustentável é ao mesmo tempo tolerante com a imperfeição humana, mas enérgica e implacável na luta contra lobbies ilegítimos que sobrepõem interesses escusos às necessidades básicas das populações.

Os educadores, pela posição que ocupam na sociedade, protagonizando a formação das futuras gerações, devem também assumir as suas responsabilidades enquanto protagonistas desta comunicação sustentável. Cabe a eles convencer os jovens da importância da democracia e da conduta cidadã, respaldadas no respeito ao próximo, na

solidariedade com os menos favorecidos, na defesa da ética e do compromisso com o interesse coletivo. A sua contribuição para a sustentabilidade inclui não apenas a disseminação de informações e conhecimentos, mas a defesa de princípios e valores que resultem na formação de um cidadão alinhado com os desafios do nosso tempo.

Os comunicadores empresariais, por seu turno, devem estar empenhados na construção de um ambiente propício ao debate, à participação, que privilegie o desenvolvimento pessoal e profissional e leve em conta as demandas e expectativas dos públicos de interesse das organizações e da comunidade de maneira geral. Como gestores, devem conscientizar patrões e clientes para a necessidade de uma comunicação democrática, inserida numa cultura e numa gestão organizacional que favoreçam a diversidade, a divergência de idéias e opiniões e cultivem o diálogo.

Os jornalistas, os relações públicas, os publicitários e os profissionais de marketing, numa comunicação voltada para a sustentabilidade, rejeitam processos de manipulação que induzam os indivíduos ao erro em favor de interesses comerciais, agem responsabilmente comprometidos com a ética e a transparência, aprofundam relacionamentos e parcerias que promovem uma interação saudável entre as organizações e os seus stakeholders.

A prática da autêntica comunicação para a sustentabilidade exige atitudes corajosas dos gestores da comunicação, estejam eles em empresas privadas de pequeno, médio ou grande porte, nas redações ou na administração pública porque não tolera a omissão diante das injustiças, expressa a indignação com os desvios éticos, a corrupção, o aprofundamento das desigualdades e proclama a tolerância.

A comunicação para a sustentabilidade é vital para a democracia. Ela se funda na defesa da bio e da sociodiversidade, que se manifesta na criação de uma cultura planetária que se identifica com a distribuição equitativa dos recursos naturais, com uma governança global que respeita a identidade e a autonomia de nações e de culturas.

A comunicação para a sustentabilidade pode se constituir em uma utopia, mas ela representa uma necessidade imperiosa para indivíduos, organizações ou governos. A sua práxis garante a nossa condição de seres humanos, providos de inteligência e

cordialidade, e com certeza instaura idealmente a qualidade de vida para todos os que habitam o nosso planeta.

Bibliografia

ANDRADE, Thales de. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

BACCHETTA, Víctor L. *Ciudadania planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental*. Federación Internacional de Periodistas Ambientales/Fundación Friedrich Ebert, 2000.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

COSTA, Luciana Miranda. *Comunicação & Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia*. Belém/PA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2006.

DENCKER, Ada de Freitas & KUNSCH, Margarida M. Krohling Kunsch (org). *Comunicação e Meio Ambiente*. São Paulo: Intercom, 1996.

DIAS, Reinaldo. *Marketing ambiental*. São Paulo: Atlas, 2007.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Ricardo. *Sobre a Terra: um guia para quem lê e escreve sobre meio ambiente*. Lisboa/Portugal: Público-Comunicação Social, 2006.

LEFF, Enrique. *Discursos sustentáveis*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006b.

LEFF, Enrique. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LUFT, Schirley. *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

NELSON, Peter. *Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente*. Brasília: WWF/CFJ, 1994.

PASSOS, Deusa Maria de Souza-Pinheiro. *Linguagem, política e Ecologia: uma análise do discurso de Partidos Verdes*. Campinas: Pontes Editora, 2006.

PINHEIRO DO NASCIMENTO, Elimar & VIANNA, João Nildo de Souza (org). *Economia, meio ambiente e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

RABELO, Desirée Cipriano. *Comunicação e Mobilização na Agenda 21 local*. Vitória/ES: EDUFES/FACITEC, 2003.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1995.

SANTINI DE ABREU, Miriam. *Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia, 2003.

TRIGUEIRO, André. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.

URBAN, Teresa. *Em outras palavras. Meio ambiente para jornalistas*. Curitiba: Senar-PR/Sema, 2002.

VEIGA, José Eli da. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

VILAS BOAS, Sérgio (org). *Formação & Informação Ambiental*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

WWF-BRASIL & IIEB. *Manual de Comunicação e Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2004.

¹ Jornalista, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, com mestrado e doutorado em Comunicação. Editor de portais temáticos em Comunicação/Jornalismo, um dos quais dedicados ao jornalismo ambiental. Já orientou uma centena de dissertações e teses em Comunicação/Jornalismo. Email: wilson@comtexto.com.br